

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

Elisandra Amaral

**Aplicando a lei 10.639/03 numa turma
do quinto no do ensino fundamental**

Porto Alegre 2010

Elisandra Amaral

**APLICANDO A LEI 10.639/03 NUMA TURMA
DO QUINTO ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em...., pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

Orientadora: Clevi Elena Rapkiewicz, DSc.

Tutor(a): Giselda Corrêa

Porto Alegre 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor : Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-reitora de Graduação: Prof^a Valquiria Link Bassani

Diretor da Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

**Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia –
Licenciatura na modalidade a distância/PEAD**: Profas. Rosane
Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

Dedico este trabalho a Oxalá, ao meu filho João Vítor, à minha família, e a todos aqueles que lutam e acreditam em uma transformação social através da educação.

Agradecimentos

Agradeço neste momento de conclusão de curso, algumas pessoas que foram fundamentais neste percurso...

À Oxalá, que me proporcionou estrutura, equilíbrio e persistência nos momentos mais turbulentos.

À minha família, que sempre me incentivou, mesmo me imputando a responsabilidade de ser a representante de suas vitórias.

Ao meu filho, João Vitor, que para o qual fiquei ausente quatro anos de sua infância, mesmo assim mostrou-se um ótimo amigo e colaborador nesta trajetória.

À professora Clevis Elena Rapkiewicz, minha orientadora nesta reta final, que sempre sinalizou caminhos para que eu bem pudesse escrever este trabalho de conclusão de graduação.

Às tutoras Giselda Corrêa e Rose Silva, que sempre a mim se mostram disponíveis e carinhosas nos momentos em que precisei de auxílio.

Às minhas colegas do “Projeto Formatura”, que me proporcionaram momentos de apoio e descontração.

Às minhas colegas de trabalho Liége Brites e Carla Francisco, as quais são para mim exemplos de educadoras a ser seguidas pela forma comprometida que desempenham suas funções.

Aos meus alunos, para os quais eu vivo em busca de aperfeiçoamentos para melhor atender suas necessidades.

Ao Fernando Cezar, que contribuiu para completar minha felicidade nesta reta final, trazendo para minha vida, o Nicolas.

Enfim, agradecer à todas as pessoas que passaram pela minha vida e que acreditaram no meu potencial.

Resumo

A diversidade cultural presente no espaço escolar, além de ser motivo para aprendizagens, interfere negativa e positivamente nas relações. Considerando a presença de situações de preconceito envolvendo alunos afrodescendentes e baixaestima destes em uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental no município de Canoas, o presente trabalho de conclusão de curso buscou analisar diferentes estratégias de aplicação da Lei 10639/03, visando a diminuição do preconceito e melhorando a autoestima dos alunos afrodescendentes. Analisando o desenvolvimento dessas estratégias, percebe-se que é possível haver uma mudança de atitude dos alunos no sentido de diminuir as tensões que se estabelecem na sala de aula por conta de abrigar sujeitos de diferentes etnias, e elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes.

Palavras-Chave: estágio curricular supervisionado, preconceito na escola, lei 10.639/03, autoestima

Lista de Siglas

CNE- Conselho Nacional de Educação

CP- Conselho Pleno

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MM- Movimento Negro

MMN- Movimento das Mulheres Negras

PEAD- Pedagogia a Distância

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

Lista de Figuras

Figura 1: Ata	14
Figura 2: Árvore Genealógica	32
Figura 3: Bilhete	33
Figura 4: Palestra com o Babalorixá.....	34
Figura 5: Monólogo Navio Negreiro	36
Figura 6: Brincadeiras Africanas	37
Figura 7: Chaveiros	38
Figura 8: Painel Informativo sobre a África	39
Figura 9: Poetas do Álvaro.....	40

Lista de Tabelas

Tabela 1: Etnias da turma	19
Tabela 2: Objetivos.....	21

Sumário

Lista de Siglas	7
Lista de Figuras.....	8
Lista de Tabelas.....	9
INTRODUÇÃO	11
2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	13
2.1. Justificativa.....	13
2.2. Caracterização do problema	16
2.3. Questões, Hipótese e Objetivos da Pesquisa	16
2.4. Metodologia.....	17
3. DIVERSIDADES.....	20
3.1 Diversidade etnicorracial na escola	20
3.2. Definindo conceitos	22
3.3 Legislações voltadas ao afrodescendente: uma visão histórica.	24
3.4 <i>O que diz a legislação hoje: Lei 10639/03</i>	27
3.5 O papel do professor frente a Lei 10.639.....	29
4. TRABALHANDO A LEI NA SALA DE AULA.....	31
4.1 Vergonha de ser afrodescendente.....	31
4.2 Trabalhando as africanidades.....	35
4.3. Mudanças.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERENCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

Visando e vivendo em um país miscigenado, onde o a feijoada, o samba e a capoeira servem de representação de nossa nacionalidade, contudo a cultura afrodescendente não se restringe apenas isso. Ela é muito rica, e contém itens que desconhecemos por falta de oportunidade de aprofundamento ou reflexão.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2009), divulgada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 51,1% da população brasileira é afrodescendente. Mesmo sendo parte considerável da população brasileira, o sujeito de origem africana não é contemplado, nem incluído socialmente com as mesmas ofertas de igualdade, nem se vê no dia-a-dia, situações onde o personagem principal seja o afrodescendente.

Mesmo com mínima visibilidade, os afrodescendentes são e precisam reconhecer-se como brasileiros dignos de credibilidade e respeito, visto que sua presença no território brasileiro corresponde a traços fortes e importantes na cultura, economia e população desse país.

Na escola, tendo como cenário principal a sala de aula, há possibilidade de contribuir para a reversão de tamanha exclusão, sentimento de inferioridade e oportunidades de conhecimentos acerca do afrodescendente, suas origens e histórico. Pelo menos é o que se espera através da aplicação da Lei 10639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

Ao aplicar a lei em uma turma de 5º ano ¹do Ensino Fundamental, tive que selecionar conteúdos e materiais didáticos, realizar leituras objetivando obter capacitação para trabalhar de modo coerente, e inserir o tema no plano de estudos. Dentro desse contexto, foram abordadas problemáticas relacionadas ao preconceito quanto à etnia e religiosidade, e também relacionadas à autoestima dos alunos.

Assim, observando, refletindo e agindo diante das problemáticas mencionadas, apresento a organização do trabalho denominado “Aplicando da Lei 10639/10 em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental.”

O capítulo 2 apresenta a construção do objeto de pesquisa, onde constam os estímulos pessoais, acadêmicos e profissionais que me moveram afim de que eu aprofunde a pertinência da abordagem da cultura negra brasileira em uma turma de

¹ 5º ano do ensino fundamental de 9 anos.

quinto ano do Ensino Fundamental. Também é feita a delimitação do problema abordado a partir da Lei 10639/03, assim como as questões, hipótese e objetivos da pesquisa. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é descrita no final do capítulo.

O capítulo 3 trata de conceitos referentes à diversidade cultural que vivemos e das poucas habilidades que possuímos para interagir diante dela, cita a diversidade étnico-racial na escola, o esclarecimento de conceitos que permeiam as relações, como o negro foi tratado no âmbito educacional ao longo da história do país, descrição da Lei 10.639/03, e a conduta do professor diante a nova legislação.

O capítulo 4 apresenta a análise das evidências coletada, na ocasião do desenvolvimento do meu estágio supervisionado. Cada evidência descrita contém o resultado da participação das crianças e das minhas intervenções.

Por fim, no último capítulo exponho minhas considerações finais, buscando responder as perguntas norteadoras da pesquisa.

2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Este capítulo trata dos estímulos pessoais, acadêmicos e profissionais que me moveram afim de que eu aprofunde a pertinência da abordagem da cultura afro-brasileira em uma turma de quinto ano do Ensino Fundamental. Também é feita a delimitação do problema abordado a partir da Lei10639/03, que determina aos estabelecimentos de ensino a inclusão em seus currículos, diversos conteúdos relacionados ao Continente Africano e a trajetória de seus descendentes em nosso país.

2.1. *Justificativa*

Abordar a temática “etnia negra” na minha vida acadêmica não foi por acaso, curiosidade ou modismo, sempre foi um assunto o qual permeou todas as etapas da minha vida, e também que em determinados momentos me trouxe muitas angústias, decepções, conflitos e alicerce para que eu pudesse edificar minha autoestima.

Sou negra, oriunda de uma família bastante humilde do interior do Rio Grande do Sul, porém meus pais nunca mediram esforços para que eu e meus irmãos tivéssemos uma educação formal de qualidade. Com isso, cursei todo o Ensino Fundamental como bolsista na única escola particular da cidade de Rosário do Sul, escola essa onde a concentração de alunos negros era mínima: até o 4º ano na minha turma havia apenas três alunos negros. Entre eles, somente eu concluí o Ensino Fundamental, os demais saíram da escola e não continuaram a escolarização. Os primeiros anos naquele ambiente foram os mais complicados em relação a minha interação com os colegas, participar das rodinhas, ser chamada para uma brincadeira ou convidada para um aniversário eram coisas raríssimas.

A partir do 6º ano, as coisas começaram a mudar, sempre conseguia as melhores notas, escrevia e falava bem, daí em diante todos os anos que se seguiram, era eleita líder da turma. Com essas indicações e reconhecimento,

comecei a perceber que a pigmentação de minha pele era só um detalhe, ou seja, não seria empecilho para que eu pudesse evoluir e me destacar. Ao cursar o Ensino Médio, em uma escola que não era elitizada, meus colegas afrodescendentes que iniciaram junto comigo não o concluíram. Esse fato levou-me à percepção de o quanto o afrodescendente ainda é excluído da escola, trazendo uma reflexão pessoal.

Na escola onde trabalho, sou a única professora afrodescendente. Nenhum funcionário pertence ao meu grupo étnico, e quanto os alunos são, na grande maioria, brancos.

Em reunião pedagógica realizada em nossa escola, foi constatado que os estudantes afrodescendentes destacam-se nas estatísticas de evasão e repetência. Tal constatação evidencia-se na figura 1, da Ata da reunião realizada.

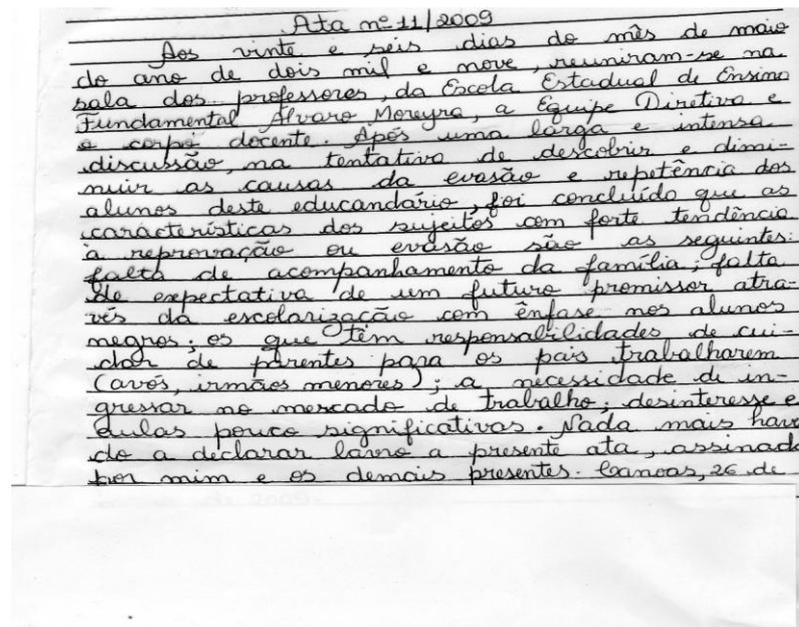


Figura 1: Ata

Atuar como professora exige uma postura imparcial sobre diversos assuntos e problemáticas, penso que um professor deve oferecer subsídios para que os alunos construam seus próprios conceitos e não que os influenciem diretamente neste sentido. Então, muitas vezes me vi diante de situações, onde o racismo, o preconceito e a discriminação se fizeram presentes de modo explícito no meu

cotidiano profissional. Nestas situações não soube ou não tive certeza de que agi corretamente, ao contornar estes momentos com as seguintes falas:

- “Deixa o teu colega quieto.”
- “Não é esse o assunto que estamos trabalhando agora.”
- “Não liga para o que ele está falando.”
- “Caso tu fales assim com o teu colega ficarás sem recreio.”
- “Pede desculpa para o teu colega.”

Raramente chamei os alunos envolvidos para uma reflexão ou esclarecimentos em relação ao seus atos. Desta forma, passei a questionar as atitudes dos professores frente a essas situações.

No decorrer de minhas vivências enquanto aluna e professora, deparei-me com as intrigantes situações de ver os sujeitos afrodescendentes serem marginalizados, discriminados e sem estímulos para continuar nos bancos escolares e a progredir.

Pude então, refletir:

- Por que existe diferença no trato entre seres humanos etnicamente distintos?
- O que um grupo étnico pensa do outro?
- Até que ponto a própria etnia pode influenciar na autoestima dos indivíduos?

Algumas dessas perguntas obtiveram respostas ao me reportar à história do nosso país, ou seja, a nossa herança histórico-cultural, nos estudos realizados durante meu curso de Pedagogia a Distância (PEAD), e principalmente no estágio. Durante esse período ficou evidente a falta de esclarecimento por parte da comunidade escolar no que diz respeito à cultura africana. Esse momento foi privilegiado para que eu pudesse ouvir falas e interagir com o sentimento dos menores em relação a sua etnia e a do outro. Essa constatação levou-me a refletir que é necessário exaltar a cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino, o que é reforçado com a Lei 10639/03.

2.2. Caracterização do problema

Vivemos em um país composto por distintas etnias. Assim como essa diversidade cultural proporciona muitas aprendizagens, também gera tensões que dificultam as relações. A falta de conhecimento sobre as diferenças causa o preconceito, e por conseqüência, baixa estima daqueles indivíduos pertencentes a grupos sociais menos favorecidos na história do Brasil.

A cultura e a história do afrodescendente nem sempre é valorizada como deveria. A lei 10.639 busca tal valorização e reconhecimento, ao obrigar o estudo desse assunto no planejamento escolar.

Essa lei determina que deverão ser explorados os seguintes conteúdos: História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

O tema abordado neste trabalho é a inserção de temáticas previstas na Lei 10.639 no âmbito do ensino fundamental na turma em que leciono, na qual observa-se baixa estima de alunos afrodescendentes e brincadeiras de cunho preconceituoso.

2.3. Questões, Hipótese e Objetivos da Pesquisa

O tema deste trabalho de conclusão de curso é a aplicabilidade da Lei 10.639/03 como forma de diminuir o preconceito e melhorar a autoestima dos estudantes.

Assim, considerando o contexto apresentado, foi estabelecida a seguinte questão de pesquisa:

Que atitudes mostram-se adequadas para trabalhar a Lei 10639/03 no 5º ano do ensino fundamental como meio de diminuir o preconceito e melhorar a autoestima dos alunos?

A partir dessa questão, identificam-se as seguintes questões específicas:

- a) De que forma o professor deve atuar em situações de manifestação de preconceito em sala de aula?
- b) Como o conhecimento de elementos africanos contribui para a autoestima do aluno afrodescendente?

Parte-se da hipótese que a aplicação de diferentes atitudes pedagógicas relacionadas à lei 10.639/03 numa turma do 5º ano tende a diminuir o preconceito e elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes.

Portanto, este projeto tem como objetivo geral analisar diferentes atitudes de aplicação da Lei 10639/03 numa turma de 5º ano, visando a diminuição do preconceito e melhorando a auto estima dos alunos afrodescendentes.

Decorrentes desse objetivo geral propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar ações docentes que contribuam para a efetivação da Lei 10639/03.
- b) Identificar os reflexos da efetividade da Lei 10639/03 na sala de aula.

2.4. Metodologia

Utilizarei como metodologia de pesquisa o estudo de caso, apoiando-me nas informações de Robert Yin, que o conceitua como

Uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas.(YIN, 2001, p:205)

O estudo de caso, a partir de Yin (2001), traz como vantagem a observação direta das situações e coletas de dados de forma sistemática. Por outro lado, por se tratar de dados bastante restritos (uma pequena amostragem), os resultados não podem ser generalizados.

Considerando que a proposta deste projeto foi reflexão e análise sem pretensões de generalização dos resultados, a metodologia de estudo de caso foi considerada adequada.

O estudo de caso em questão ocorreu na Escola Estadual de Ensino Fundamental Álvaro Moreyra, situada no município de Canoas, bairro Rio Branco.

É uma escola de fácil acesso, no seu entorno concentram-se comércio, áreas de lazer, saúde, esporte, educação, cultura e templos para manifestações de diversas expressões religiosas. A comunidade caracteriza-se por manter um bom relacionamento com a escola, já que a mesma funciona no bairro há cinquenta e dois anos, sempre que a segunda convoca ou convida, a primeira se faz presente de forma ordeira e solidária. Atualmente, Álvaro Moreyra atende trezentos e noventa alunos distribuídos em dois turnos diurnos, com uma equipe de vinte professores e nove funcionários. Bem equipada, possui doze salas de aula, sala de vídeo, biblioteca, laboratório de informática e de Ciências, mecanografia, refeitório, cozinha, secretária, diretoria, sala dos professores, praça e quadra de esportes. O laboratório de informática começou a funcionar este ano de 2010, com dez computadores conectados a internet, devendo cada turma utilizá-lo pelo menos uma vez por mês, seu espaço físico é amplo e agradável.

A proposta pedagógica da escola é libertadora, a concepção de educação, de aprendizagem e de currículo da escola passa pela compreensão de que se aprende de forma interdisciplinar, pois constrói conhecimento a partir da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido.

A coleta de dados foi feita com crianças com faixa etária entre nove e doze anos em uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental, a qual sou regente. Essa turma é composta por vinte e dois alunos, sendo dezessete meninos e cinco meninas. De acordo com as suas próprias autoidentificação, podemos identificar alunos pertencentes às três etnias: branco, negros e indígenas.

Etnicamente a turma caracteriza-se assim:

ALUNO	COMO OS ALUNOS DEFINEM-SE ETNICAMENTE: COR DA PELE
1	Branco
2	Branco
3	Mulato
4	Mulato
5	Índio
6	Negro
7	Branco
8	Mulato

9	Negro
10	Negro
11	Mulato
12	Branco
13	Branco
14	Negro
15	Branco
16	Mulato
17	Negro
18	Negro
19	Branco
20	Negro
21	Índio
22	Branco

Tabela 1: Etnias da turma

Após a atividade de autodefinição, a partir de suas respostas os alunos foram questionados a definirem as etnias. Foi constatado, dessa forma, que os alunos têm o seguinte entendimento para:

- a) Branco: pele e olhos claros, cabelo liso.
- b) Negro: pele preta.
- c) Mulato: pai branco e mãe negra, ou vice-versa, cabelo crespo ou cacheado
- d) Índio: possuem traços indígenas e contaram que tem algum parente índio, por isso se consideram índio também.

A turma apresenta nível sócio econômico baixo, e necessita de constantes estímulos para que realizem as atividades propostas, nenhum dos alunos é portador de necessidades especiais, há um com dificuldades acentuadas de aprendizagem.

Os alunos são caracterizados por serem agitados e por demonstrarem carinho e gratidão a todos que desenvolvem alguma atividade com eles, não são agressivos, mas suas brincadeiras desencadeiam discussões e gestos violentos,

Visando explicitar quais foram os pressupostos que orientaram este trabalho, o próximo capítulo apresenta a fundamentação teórica.

3. DIVERSIDADES

Fazemos parte de um mundo globalizado, porém diversificado culturalmente. Este evento exhibe-se como um desafio aos homens contemporâneos, já que as imensas mutações ocorridas estão por todo momento nos levando a conviver com uma nova situação de vida, bulindo diretamente com as tradições mais enraizadas de nossa sociedade. Isso causa um movimento de desenvolvimento social, que requer uma reflexão crítica em todas as instâncias da sociedade, entre elas a educação.

Neste capítulo veremos como deve ser tratado a diversidade etnicorracial na escola, teremos a definição de importantes conceitos que interferem na diversidade, tomaremos conhecimento das legislações brasileiras favoreceram ou não povo afrodescendente, a explanação da lei 10639/03 e por fim a postura do professor diante dela.

3.1 Diversidade etnicorracial na escola

A entidade que mais pode contribuir nessa reflexão crítica é a escola, uma vez que ela deixe de ser compreendida apenas como reprodutora de conhecimentos no processo formativo dos indivíduos e da sociedade, e passe a ser concebida como matriz de conhecimentos comprometida socialmente.

Isso é um processo viável, visto que é um espaço composto por sujeitos pertencentes a todos os segmentos etnicorraciais, e que serve de palco para inúmeros conflitos ocasionados por essa diversidade de componentes. Esses conflitos ao longo da trajetória educacional brasileira, na maioria das vezes eram e são tratados como casos isolados e individualizados e não como fruto de uma sociedade na qual o pertencimento etnicorracial determina a harmonia das relações. Segundo Rocha (2006), o estudo deve estar pautado na contextualização das situações, proporcionado a reflexão em diferentes momentos e não apenas em datas pré-estabelecidas.

Tratar as questões raciais no ambiente escolar apenas “transversalmente”, ou em uma disciplina, etapa determinada ou dia escolhido, não é a melhor estratégia para levar os alunos aos posicionamentos de ação reflexiva e crítica da realidade em que estão inseridos. Na contextualização das situações, eles aprenderão conceitos, analisarão fatos e poderão ser capacitados para intervir na sua realidade a fim de transformá-la. (ROCHA, 2006, p.15)

Uma das questões que em outros tempos não tinham nenhuma visibilidade no cenário da educação formal nacional, no sentido de se pensar no lado emocional e formativo dos alunos é a diversidade etnicorracial.

Através das mudanças na legislação de nosso país, percebemos que as instituições de ensino e os profissionais da educação passam a exercer papel importante no processo de diminuição das desigualdades. A reflexão conjunta, ações pedagógicas justas, éticas e coerentes, contemplando assim de modo humano e conscientizador toda a sua clientela, ou seja, com a tarefa de refletir a escola saberá qual o caminho deverá seguir, o que deverá ensinar e qual projeto cultural e social deverá desenvolver.

Para que as ações mencionadas acima concretizem-se, é necessário o que a escola comece sua reflexão partindo dos seguintes questionamentos: como a criança se vê e se avalia? Como os alunos se auto-representam? Como os alunos percebem o racismo, o preconceito e a discriminação na escola? E comprometa-se a alcançar os seguintes objetivos dispostos na tabela 2, de acordo com as pesquisas de Oliveira (1994):

Objetivo A	Objetivo B	Objetivo C
conduzir os alunos ao entendimento da diversidade em que estão inseridos, e das vantagens que a diversidade traz para cada um.	estimular os alunos a pensar acerca de si mesmo, e a sua função nos grupos em que atuam.	promover uma melhoria nas relações entre os alunos, embasando-as no respeito mútuo.

Tabela 2: Objetivos

Segundo Oliveira (2004), o objetivo A implica em atrelar o ato de ensinar ao conceito de liberdade, isto é, oportunizar situações onde os alunos participem e critiquem, assim tomarão consciência da realidade, compreenderão que a diversidade contribui para o enriquecimento da própria cultura e terão suportes para participar da vida social, evidenciando competências de ações, tais como:

conhecimentos, habilidades, estruturas de pensamento e condições de lidar com a afetividade.

O objetivo B consiste em formar a identidade: para isso acontecer, o aluno deverá ter três convicções. Primeira: que cada indivíduo é único e diferente, isto é, cada ser humano possui seu próprio nome, idade, estado, profissão, sexo, sinais físicos e impressões digitais. Segunda: que a própria identidade só se cria a partir do momento em conseguimos nos diferenciar dos outros, e isso acontece através da religião, educação, cultura, crença, oportunidade, diversidade, diferença, divergência, contradição e oposição. Terceira: que a identidade também poderá ser construída através de uma atividade, o que o sujeito está fazendo no momento: o time que torce o esporte que pratica, lugar que frequenta sua tribo, seus amigos, sua cor preferida, o estilo de música que ouve, enfim sua vida.

E o objetivo C consiste em abolir o preconceito, o racismo e a discriminação do ambiente escolar, pois a temática racial emerge nas escolas como um fator que contribui, segundo os estudos para a minimização dos alunos afrodescendentes, tal minimização ocorre por meio de apelidos pejorativos utilizados constantemente para identificação desses alunos.

Uma vez que os objetivos sejam alcançados, espera-se que os alunos e a comunidade escolar modifiquem suas posturas, refletindo essa mudança em todas as circunstâncias do ambiente escolar, onde tais procedimentos sirvam de referencia para os momentos de resolução de conflitos específicos e a melhora na autoestima dos alunos.

3.2. Definindo conceitos

Cabe ainda visando qualificar a reflexão-ação sobre a diversidade étnico-racial na escola, a definição clara dos conceitos de etnia, raça, cultura, racismo, preconceito e discriminação racial na percepção de diversos autores.

No dicionário, o termo raça está definido como “conjunto de indivíduos de caracteres corporais semelhantes e transmitidos hereditariamente” (LUFT, 2001, p.554). É um conceito utilizado pelos biólogos, contudo não apresenta argumentos

aceitáveis que determinem as diferenças políticas entre os sujeitos, nem para o esclarecimento das diferenças comportamentais, mas essas diferenças fenotípicas são utilizadas no contexto escolar como forma de divisão desigual dos direitos e oportunidades entre os estudantes.

Gomes (2005), afirma que muitos intelectuais preferem usar o termo etnia para referir-se aos negros, entre outros grupos sociais, discordando do uso do termo raça, a fim de não ficar restrito ao aspecto biológico. Para esta autora, *etnia refere-se ao pertencimento ancestral, grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios.*(GOMES, p.50, 2005)

É importante que os educadores tenham claro a diferença entre raça e etnia para bem conduzirem seus discursos e ações, muitas vezes a expressão etnia é utilizada de modo equivocado para atenuar a expressão raça, quando essa sugere um sentido incomodo e desagradável. Aqui vimos que as duas têm estreita proximidade, porém não podem ser definidas como iguais.

Vejamos a definição de cultura:

[...]cultura como o conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencia os intercâmbios sociais, as produções simbólicas e materiais e as realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal determinado. A cultura, portanto, é o resultado da construção social, contingente às condições materiais, sociais e espirituais que dominam um espaço e um tempo. (GÓMES, 2005, p.17)

Sabendo então, que cultura são códigos repassados de geração a geração, a problemática cultural na escola se dará por conta da diversidade e variadas tendências apresentadas pelos discentes.

Para Rocha (2006) o racismo é a

Estrutura baseada na ideologia de existência de raças superiores ou inferiores. Pode evidenciar-se conforme o lugar, institucional e também por meio de mecanismo e práticas sociais. No Brasil, não existem leis segregacionistas, nem conflitos públicos de violência racial, todavia, encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo promove a exclusão sistemática dos negros da educação, da cultura, do mercado de trabalho e dos meios de comunicação. (ROCHA, 2006,p. 28)

As relações etnicorraciais na escola podem ser permeadas pelo preconceito, que na percepção de Sant'Ana (2001)é assim definido

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT'ANA, 2001, p.58)

A exploração de culturas distintas no universo escolar desencadeará o conhecimento; o conhecimento por sua vez é a única arma letal para extinção do preconceito.

Finalmente discriminação racial a luz do conceito estabelecido pelas Nações Unidas

Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer domínio da vida pública. (Convenção da ONU, 1966p.2)

A discriminação racial, dentre os conceitos mencionados acima é a que mais fere os alunos quando esses começam a perceber os motivos pelos quais são excluídos ou colocados a margem de alguma situação, neste sentido, recomenda-se muita sensibilidade e ética por parte dos professores, na relação com seus alunos.

3.3 Legislações voltadas ao afrodescendente: uma visão histórica.

Nesta seção veremos como as legislações educacionais brasileiras trataram o afrodescendente ao longo de sua história.

Na época do Brasil Colônia, conforme o Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854, em seu Artigo 69 parágrafo 3º, os escravos não seriam matriculados, nem poderiam frequentar a escola, e a previsão de instrução para adultos negros dependiam da disposição dos professores: sábado, domingos e dias santos, e caso o aluno faltasse uma única vez estaria excluído da aula, ou seja, mesmo que a Constituição de 1824 garantisse ensino formal e gratuito a todos, somente os filhos de homens livres poderiam usufruir desse direito, os escravos permaneceriam iletrados. Percebe-se então neste período, o estabelecimento de um modelo elitista

educacional, pois aos afrodescendentes sem acesso à escola, restava apenas o aprendizado voltado ao desempenho do trabalho manual.

Para Louro (1997),

a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram, como conseqüência direta ou imediata, oportunidade de ensino para os negros. São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas - o que vai ocorrer no final do século. (LOURO, 1997, p.445)

Caso atentarmos para a história da educação brasileira, veremos que a política educacional no Brasil inicialmente ministrada pelos jesuítas, abrigou traços marcantes da cultura européia. A preocupação com a educação dos afrodescendentes foi sendo modificada ao longo dos anos.

O decreto 7031 A, 6 de setembro 1878 estabelecia que os afrodescendentes só podiam estudar no período noturno, e as luzes e o salário dos professores seriam pagos pela coroa que estava no Rio de Janeiro, essas foram as estratégias montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

Nos posteriores períodos políticos do país, as legislações não enfocaram o negro especificamente, apenas o incluíram de forma abrangente, como veremos nos próximos parágrafos.

No período do Brasil República, a constituição de 24 de fevereiro de 1891, primeira do período republicano, pouco tratou da educação, referia-se apenas a quem cabia as responsabilidades do ensino superior (art.34º), a instrução militar (art.87º) e a tarefa, não exclusiva, de “animar no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências” (art.35º).

Depois da República tivemos a política de embranquecimento, após a abolição da escravatura, os negros supostamente libertos, estariam aptos para trabalhar, mas não tinham emprego. O Brasil implantou a política do embranquecimento, com a importação de milhares de europeus para trabalhar nestas terras, oportunidades e os locais de emprego que deveriam ser do negro foram dados ao europeu (Informação Verbal)².

² Notícia fornecida por Claudemir Silva no podcast Letra Viva, em agosto de 2007

Resultado: Sobrou para a população negra os piores coisas, os piores lugares para morar, as primeiras favelas... Daí nasceram as desigualdades e sentimentos de inferioridade dos negros e superioridade dos brancos.

Por ocasião da Segunda República, a Constituição de 16 de julho de 1934 em seu artigo 149 dizia que *“A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos”*. Mas tarde, no período denominado Estado Novo, a Constituição de 10 de novembro de 1937, dizia em seu artigo 130 que *“O ensino primário é obrigatório e gratuito.”*

A Constituição de 18 de setembro de 1946, em seu artigo 166 dizia que *“A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.”* Durante o Período Militar, o texto da então constituição de 1967, não diferencia-se muito das demais visto em que seu artigo 168 dizia que *“A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.”* Da mesma forma ocorreu na nossa atual constituição de 1988, em seu artigo 205 diz que *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.”*

Segundo pesquisas de Henriques (2002), *o sistema educacional brasileiro apresentou um grande aumento, em se tratando de média de escolaridade da população, redução da taxa de analfabetismo e aumento do número de matrículas em todos os níveis*, entretanto quando a questão raça é analisada, o pesquisador conclui que:

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. (...) apesar a melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo de todo o século XX. (HENRIQUES, 2002, p.93).

Até aqui, vimos que as legislações sempre privilegiaram o branco em relação ao afrodescendente. Agora veremos como o afrodescendente foi amparado nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBs).

A LDB nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, traz no Título I Dos Fins da Educação, artigo primeiro, alínea “g” - A Educação nacional inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por fim: *“A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.”*

Nota-se nessa legislação, apenas uma passagem superficial à questão do afrodescendente, visto que em um de seus fins aponta a condenação a quaisquer preconceitos de classe e de raça. Na LDB nº 5692, de 11 de agosto de 1971 nada é alterado em relação ao afrodescendente, permanece o texto dos fins da educação a condenação ao preconceito de raça.

Nessa trajetória, podemos destacar dois momentos que permitiram resgatar a visibilidade do afrodescendente na sociedade brasileira: o Centenário da Abolição, 1988 e os trezentos anos da Morte de Zumbi dos Palmares em 1995. Foram vividos intensamente pelo movimento social negro. Nessas ocasiões houve muitas exposições midiáticas acerca da população negra no Brasil, inclusive na educação.

Desta forma, houve reflexos significativos no texto da LDB, a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que foi alterada pela Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003, que contemplou a história, origem e cultura afro-brasileira.

3.4 O que diz a legislação hoje: Lei 10639/03

A Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003 de autoria dos então deputados federais Ben-Hur Ferreira (oriundo do movimento negro) e Esther Grossi (educadora), alterou a LDB nº 9394, que passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B, que tratam de

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Em relação ao segundo parágrafo desta lei, as áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira são os campos do currículo escolar que mais podem desenvolver os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira. Com ele podemos fazer uma alusão a dificuldade que temos enquanto educadores de relacionar os temas transversais, aqui o da pluralidade cultural, com a realidade dos

alunos. Entretanto no caso da implementação da lei, assim como todos os focos relacionados aos temas transversais, possuem significativa relação com o contexto escolar, não devendo simplesmente serem abordados em datas comemorativas, sem nenhuma reflexão ampla. Todos os componentes da sociedade escolar possuem meios de participar para que os mesmos sejam desenvolvidos, pois espera-se que através deles, haja a construção da cidadania.

Essa lei é uma obrigatoriedade para os sistemas de ensino, a partir dela o Conselho Nacional de Educação (CNE) através de seu Conselho Pleno publicou no ano de 2004 o Parecer CNE/CP 003/2004 contendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse parecer contém um relatório que aponta políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de Educação sob a ótica das relações etnicorraciais, também ações afirmativas a serem desenvolvidas pelo poder público. O conteúdo educacional desse documento contempla os seguintes estudos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e suas Determinações; Consciência Política e Histórica da Diversidade; Fortalecimento de Identidades e de Direitos. Sugere assim, ações educativas de combate ao racismo e a discriminações e reitera a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais³.

Henriques (2002) comenta que a proposta e aprovação da lei nº10639/03 deram-se graças aos esforços dos seguintes segmentos: Movimento Negro (MN) e o Movimento das Mulheres Negras (MMN), que se tornaram veemente a partir dos anos 70 e desencadearam em 1995 com a Marcha Zumbi dos Palmares, nessa ocasião trinta mil pessoas entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento no qual almejavam políticas para combater a desigualdade racial.

Claudemir Silva afirma que essa lei tornou-se necessária para a redução das desigualdades que acompanham a história do Brasil ao longo dos anos, começando na época do Brasil Colônia e Império, e principalmente o Brasil República, que continuam no seu aspecto legal, leis de uma ativa postura e permissiva diante da discriminação e do racismo, conforme apontado na seção 2.2 Porém, os conteúdos

³ Notícia fornecida por Claudemir Silva no podcast Letra Viva, em agosto de 2007

históricos, a história da África, a cultura afro-brasileira sempre foram relegado a um segundo plano, como se o Continente Africano não tivesse história no país.

Claudemir Silva também enfatiza que essa é uma legislação que não diz respeito especificamente ao afrodescendente, mas ao brasileiro, a cultura afro-brasileira, já que quando conhecemos a história da África, da cultura afro-brasileira nos vemos representados naquele lugar, infelizmente discriminado, desprezado. O pouco que conhecemos são informações errôneas, estereotipadas.

É uma legislação que permite amparar a dignificação dos sujeitos em formação, de forma que os mesmos percebam os sinalizadores dos caminhos para a verdadeira cidadania, fazendo com que o professor tenha ações comprometidas, envolvendo e valorizando seus alunos afrodescendentes.

Porém, para que ela se efetive da forma esperada é necessário que as escolas façam a revisão dos currículos a fim de adequá-los à legislação, constante aperfeiçoamento pedagógico, bem como a qualificação dos professores.

Resumindo, a lei 10639/03 visa a reconstituição da memória, da identidade e cultura brasileira para todas as etnias, uma vez que trata-se de uma questão cultural.

3.5 O papel do professor frente a Lei 10.639

Considerando a sala de aula como o melhor espaço para pleitear mudanças, entorno de tudo o que gera racismo, preconceito e discriminação e também território propício para a elevação da autoestima do aluno, recai sobre o professor as seguintes ações, a partir dos estudos de Oliveira (1994):

Elaborar, em parceria com a escola, e executar um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro: pois sujeitos que negam sua identidade, derivam-se do fato de desconhecerem quem são e sua história.

Considerar a experiência dos alunos fora do ambiente escolar: isso implica em conhecer como os alunos foram preparados para lidar com as questões de identidade e diversidade.

Estar apto para lidar com o mito da democracia racial: evitar a disseminação de discursos de que existe igualdade de oportunidades para todas as etnias.

Não omitir-se diante de conflitos discriminatórios e preconceituosos: o professor deve manifestar mesmo que de forma imparcial, mas deve fazer intervenções concisas e que levem os alunos a um esclarecimento. (Oliveira, 1994, p.156)

É preciso então, a colaboração do professor para que esse processo não seja lesado, estando ciente que seu aluno vai edificar seu desenvolvimento psicológico nas interações, cujos objetivos são satisfazer as necessidades básicas e construir novas relações sociais.

Neste caso, o educador serve de continente para a criança. Poderíamos dizer, portanto, que continente é o espaço onde podemos depositar nossas pequenas construções e onde elas tomam um sentido, um peso e um respeito, enfim, onde elas são acolhidas e valorizadas, tal qual um útero acolhe um embrião (SALTINI, 1997, p.89).

Cabe ao professor planejar atividades que visem a desconstrução do preconceito nas relações desde os primeiros anos da Educação Infantil, quando nas brincadeiras, apresentações e nos próprios livros didáticos, os afrodescendentes aparecem sempre nas condições de subalternos ou vilões. Pois, segundo Cavalleiro (2000)

o silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e adolescentes branco com um sentimento de superioridade, (CAVALLEIRO, 2000, p 32).

Como vimos, é na sala de aula, na interação professor-aluno que a lei se efetivará de fato. O próximo capítulo tratará da reflexão da prática pedagógica a partir deste referencial teórico.

4. TRABALHANDO A LEI NA SALA DE AULA

A lei 10639/03 é diferenciada das demais, por ser a única que tratou especificamente da população afrodescendente, por isso em sua implantação terá que desenvolver conteúdos referentes à sua história, origem e cultura. Como forma de atender a lei 10639, no estágio supervisionado curricular, foi aplicado um projeto que tratava dos legados, dos valores, e das contribuições dos afrodescendentes em nossa sociedade. Durante o estágio, realizei diversas atividades relacionadas a esses conteúdos, entre elas explanação de contos e sessões de filmes ocorridos no território africano, tendo como protagonistas personagens afrodescendentes.

Este capítulo apresenta reflexões sobre as atividades que realizei com meus os alunos, relacionando-as com os suportes teóricos que utilizei. Desta forma, na primeira seção serão abordadas as constatações iniciais, referentes ao posicionamento dos alunos frente a temática. Na segunda seção estão dispostas as atividades realizadas com os alunos, trazendo, dessa forma, as evidências deste trabalho. Por fim, a terceira seção traz os resultados apresentados na turma a partir do trabalho desenvolvido, bem como as mudanças sinalizadas pelos alunos.

4.1 *Vergonha de ser afrodescendente*

O fato de vivermos em um país composto por diferentes povos não nos contempla com habilidades e competências suficientes para interagir nele de maneira correta e humana, inclusive no contexto escolar, onde a diversidade etnicorracial é motivo de constrangimento e vergonha.

Constatee durante o meu período de estágio que a maioria dos meus alunos afrodescendentes tiveram vergonha de manifestar seu legítimo pertencimento etnicorracial e cultural. Tal fato ficou evidente em duas situações: na construção da árvore genealógica, e no levantamento quanto a religiosidade.

Inicialmente foi solicitado que cada aluno construísse sua árvore genealógica. Essa atividade se deu em uma folha de ofício com uma árvore desenhada, conforme figura 2. Nessa árvore havia os espaços para que os alunos escrevessem os nomes de seus pais, avós, irmãos juntamente com a etnia destes.



Figura 2: Árvore Genealógica

A fim de que identificassem suas origens étnicas e raciais, alunos afrodescendentes sentiram-se envergonhados ao assumirem-se como tais. Alunos com tom de pele mais claro, ao apresentarem um dos pais negros, negavam-se a assumirem sua negritude, demonstrando vergonha de suas raízes. Mesmo questionados afirmavam serem brancos. Os demais alunos, aproveitaram tal situação para fazer piadas com relação a cor dos colegas. Comentários do tipo “*tu é negão*”, “*preto do mal*”, tiveram minha interferência referindo-se à importância do respeito a todos, indiferente da cor de pele.

Esta atividade foi importante para perceber o quanto alguns alunos brancos apresentam atitudes racistas, e o quanto alunos afrodescendentes apresentam dificuldades para assumir sua identidade.

No levantamento quanto a religiosidade, alunos pertencentes a religião de matriz africana inibiram-se, negando tal participação. Por conviverem na mesma comunidade é comum conhecerem os hábitos uns dos outros, incluindo a opção do seguimento religioso. Assim, alunos que não se manifestaram quanto a sua religiosidade, foram revelados por outros: “*Tu é católico? Que eu saiba lá na dona M. não é igreja.*”, “*Pois é professora, agora evangélico acende velas nas esquinas.*”, “*Como tu não tem nenhuma religião? Te vejo sempre lá na dona M.*”

Os alunos que afirmaram pertencer a religião de matriz africana, também causaram comentários preconceituosos por parte da turma: “*Credo!!! Temos que nos cuidar com o P. senão ele faz um feitiço e acaba com a gente.*”, “*Como tu pode ir num lugar e ficar as pessoas só bebem e fumam.*”, “*Tua religião não é coisa de Deus.*”

O fato dos alunos sentirem-se constrangidos e envergonhados em revelar seu pertencimento etnicorracial e cultural, e de ter havido deboche por parte de alguns,

deve-se ao estranhamento da abordagem de questões, que em outros tempos não eram mencionadas âmbito educacional e a longa vivência de conceitos equivocados sobre o diferente.

Alguns dias após ter trabalhado essa temática em sala de aula, recebi um bilhete da tia de uma aluna que dizia o seguinte (figura 3): *Quando fizemos a matrícula da fulana, deixamos registrado a religião da nossa família em sua ficha, e queremos que ela siga essa religião. Professora, o que tem a ver esse texto com as coisas que ela precisa aprender?"*

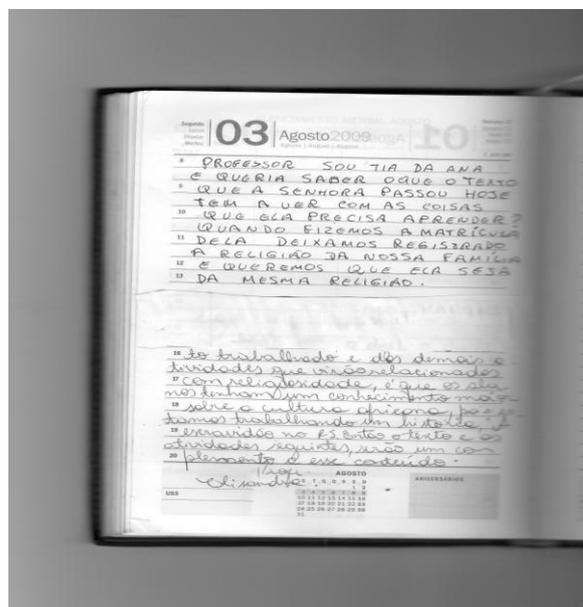


Figura 3: Bilhete

Pais de alunos de outras turmas, também tomaram conhecimento do assunto trabalhado em minhas aulas e questionaram diretamente a direção, que por sua vez respondeu que tinha conhecimento do meu trabalho, e que o mesmo baseava-se numa nova lei educacional, que todas as escolas teriam que trabalhar desenvolvendo temas como esse. As explicações dadas foram suficientes para acalmá-los mas não para convencê-los de sua relevância como parte integrante da educação escolar, pois saíram falando: *Se está na lei, fazer o quê? Mas é perda de tempo.*

O meio plausível para combater tal situação, que por certo não se detiveram na minha sala de aula, mas em todo o universo escolar e que não contribuem

positivamente para o desenvolvimento e edificação da autoestima dos estudantes, é uma atenta observação e intervenção consistente por parte dos educadores.

Após observar e detectar a vergonha busquei ações pedagógicas para intervir, oportunizando meios de adquirirem conhecimentos, através de pesquisas realizadas pelos alunos sobre as religiões de matriz africana e posterior palestra com um representante dessas religiões, ilustrada na figura 4. A palestra aconteceu na sala de vídeo da escola. O palestrante veio vestido com roupas e adereços de religião de matriz africana.



Figura 4: Palestra com o Babalorixá

A palestra com o Pai Neco de Oxum foi muito boa para as crianças. Logo lhes chamou atenção a roupa branca que ele usava. Primeiramente ele falou sobre a religião e como veio para o Brasil. Sua fala foi significativa, pois trouxe aspectos importantes da religiosidade e muitas das tradições e costumes, que perpassam pela religião de origem africana.

Logo após perguntou aos alunos o que gostariam de saber. E os alunos fizeram muitas perguntas, mas demonstraram preocupação em mostrar que não estavam sendo desrespeitosos com a visita, nem com a religião dela, era quando iam perguntar falavam antes: “Com todo respeito”. Algumas das perguntas feitas:

- É verdade que na religião do senhor as pessoas fazem maldade para ou outros e às vezes até matam?
- Por que vocês sempre deixam nas esquinas velas, galinhas e pipocas?
- Por que quando as crianças fazem aniversário, as mães sempre dão o primeiro pedaço do bolo para Cosme e Damião?
- Criança pode incorporar?

- Pomba Gira é uma mulher não é? E por que tem homem que incorpora ela?
- Por que vocês não gostam que toquem na cabeça de vocês?
- Por que quando a gente vai na terreira tem que tirar os sapatos?

Com esses questionamentos percebi que alguns alunos realmente não tinham conhecimento das práticas do batuque e outros até as praticavam, mas não compreendiam os motivos de tais práticas. Os alunos acharam o máximo a visita dele, permaneceram atentos, bem concentrados por mais tempo que o de costume.

Partindo do princípio de que a escola abriga a diversidade etnicorracial, seu papel social consiste em contribuir para que o estabelecimento da democracia nacional seja implantada, já nas interações com os menores ensinando-lhes que todos possuem direitos e deveres a cumprir, independente de sua raça, etnia e hábitos culturais. Isso implica em a própria escola ser democrática, isto é, dar visibilidade e respeitar a todos, trabalhar em prol da extinção de preconceitos e estereótipos, dar suportes para a construção da identidade e autoestima, ser promotora da igualdade etnicorracial, conseguindo assim intervir na realidade, a qual exclui indivíduos distintos dos direitos humanos fundamentais.

Uma escola que reconhece seu papel em relação à diversidade, e consegue conscientizar e mobilizar sua equipe da importância de desenvolver bem as tarefas que lhes são destinadas conseguirá refletir nos seus alunos afrodescendentes sustentação para terem orgulho de sua negritude e origem africana, e nos brancos meios de reconhecerem as influências, as contribuições, as importantes participações da história e da cultura dos afrodescendentes na vida das pessoas.

4.2 Trabalhando as africanidades

O afrodescendente até pouco tempo não era mencionado de forma digna e em pé de igualdade com o branco nas legislações educacionais brasileira, tudo o que se referia a ele era de forma superficial, para dar suporte ao discurso politicamente correto “escola para todos”. Isso significava que o fato do sujeito ter a

pele preta, não lhe conferia o direito de receber uma escolarização que pudesse oportunizar seu crescimento intelectual e financeiro.

Propus aos alunos uma reflexão sobre a existência do racismo nos dias atuais a partir da música “África, seus costumes e mistérios”, especificamente do refrão

Negro é raça, preto é cor.
Mesmo discriminado, negro tem o seu valor.
Quem disse que o sofrimento acabou.
Mentiu, se enganou.
(Elbdes Luis Meirelles Rodrigues)

Quando levei para apreciação e interpretação essa música para os alunos, relatei a eles algumas noções das desigualdades que os afrodescendentes vem sofrendo desde que chegaram em nosso país, entre eles o difícil acesso à educação.

Na época do Brasil Colônia, a educação destinada aos afrodescendentes era de cunho filantrópico, na época do Brasil República para um indivíduo de origem africana freqüentar os bancos escolares tinha que ser muito persistente, e assim marginalizado a figura do afrodescendente atravessou os demais momentos políticos brasileiro, lutando de forma desigual para aparecer no cenário educacional. Essas passagens histórias sobre as legislações voltadas ao afrodescendente e atuação do afrodescendente nelas, refletem a imensa capacidade desse povo, em acreditar no seu próprio potencial.

A lei 10.639 propõe o estudo da história dos afrodescendentes no Brasil. Para tratar sobre a escravidão, e da viagem dos negros do Continente Africano para o Brasil os alunos assistiram ao monólogo “Navio Negreiro” ilustrado na figura 5, apresentado por um ator, que utilizou velas, correntes e ferimentos no corpo para transmitir o sentimento dos negros nessa viagem.



Figura 5: Monólogo Navio Negreiro

Ao longo da apresentação e em seguida em suas falas, pude perceber que, embora os alunos tenham ficado chocados com as cenas impactantes, esta apresentação ilustrou de forma clara e objetiva este triste episódio da história do Brasil, sendo este também, um dos conteúdos previstos no plano de estudos da série.

A partir desta atividade, os alunos pesquisaram no laboratório de informática sobre as brincadeiras que as crianças escravas brincavam nesse tempo. Produziram um livro (figura 6) e conheceram brincadeiras como amarelinha, galinha gorda, queimada, pião, ovo podre, chicotinho queimado, entre outras que tem origem africana.

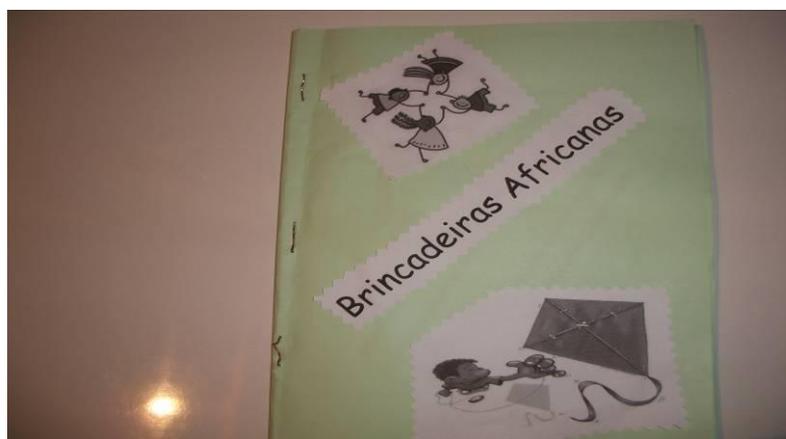


Figura 6: Brincadeiras Africanas

Todos os alunos participaram das brincadeiras, mas alguns não apreciaram, pois afirmaram preferir brincadeiras que envolvem o uso de tecnologias.

Na tentativa de desconstruir a imagem estereotipada dos afrodescendentes nos livros didáticos e literatura infantil, apresentei a turma o livro "A princesa Violeta", de autoria da escritora gaúcha Veralinda Menezes, que trata de uma princesa corajosa, que enfrentou o inimigo para proteger o seu reino. Via seus olhinhos brilharem, no momento em que lhes ia contando as façanhas da moça linda e valente, e ver suas expressões de surpresa ao ouvirem que a personagem principal tratava-se de uma princesa que tinha cabelos cacheados, olhos e pele pretos.

Acreditar no valor da educação é a aprendizagem que os afrodescendentes de ontem nos deixaram, embora sua escolaridade releve a discriminação escancarada ao longo dos tempos, o afrodescendente tanto fez que conseguiu respaldo na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, a partir da sua alteração com Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de

2003. Com tal alteração, espera-se a construção de um novo e melhor contexto histórico e cultural para o negro, onde ele será reconhecido, visibilizado e conhecer da própria história.

Inspirados no conto africano “Ynari, a menina das cinco tranças”, de autoria do escritor africano Ondjaki confeccionamos chaveiros, que foram ofertados às mães pela passagem do seu dia. Foi um trabalho demorado devido às dificuldades encontradas pelos alunos para realizá-lo, alguns queriam desistir na metade por julgarem que não iriam conseguir ou por receio de as mães não acharem bonito. Estimulei-os dizendo que todos eram capazes de concluir a atividade, e, se fosse o caso até outras mais complicadas. Mesmo de forma morosa todos levaram uma lembrança confeccionada às mães. Outros não queriam fazer tranças no cabelo da boneca, pois preferiam que ela tivesse cabelo liso, tipo chapinha. As mães desta turma caracterizam-se por sempre interessarem-se pelas produções de seus filhos. Porém, a partir da confecção das bonecas (figura 7), percebi um maior interesse por se tratar de uma produção diferenciada das demais e relacionada com o conteúdo que estava sendo estudado.



Figura 7: Chaveiros

Os conhecimentos e descobertas sobre o Continente Africano, que cada aluno possuía ou adquiriu foram compartilhados em forma de cartaz expositivo ilustrado na figura 8.



Figura 8: Painel Informativo sobre a África

4.3. Mudanças

Promover uma educação para as relações etnicorraciais implica em planejar atividades que destaque positivamente todas as etnias, selecionar recursos pedagógicos em que a diversidade esteja contemplada, e valorizar todos os alunos, independente das suas diferenças,

O caminho a ser trilhado começa de forma simples, mas comprometida, pois os principais responsáveis para a efetivação da nova legislação somos nós, os professores. Para dar conta de tal responsabilidade devemos ser incansáveis na busca de conhecimentos, formações continuadas, participar de grupos de estudos, pois somente dessa forma conseguiremos sucesso no trabalho.

Os alunos foram estimulados a pesquisar sobre poetas negros e suas obras. Para tanto, realizamos pesquisas sobre personalidades que conseguiram se destacar nacionalmente por meio de sua habilidade de escrever, após a realização da pesquisa onde ficaram conhecendo o histórico e a obras dos poetas, as crianças também aventuram-se a poetizar, e ao final montamos o cartaz, denominado “Poetas brasileiros e poetas do Álvaro” (figura 9).

Entre as produções poéticas:

Sou negro, sou forte, venci o chicote.
(Aluno: F.)

*O mais importante é ser feliz,
Com qualquer cor,
O importante é o amor!*
(Aluna M.)

*Negro e branco são irmãos
Na hora de brincar
Podemos das as mãos
(Alunos J e M.)*



Figura 9: Poetas do Álvaro

A partir das aprendizagens da cultura e história afrobrasileira, os alunos foram estimulados a construir um texto sobre sua etnia. Destaco dois trabalhos de alunos que inicialmente apresentavam dificuldades em se assumirem como afro descendentes:

Minha etnia é parda. Minha mãe etnia é clara e meu pai é meio escuro. Etnia parda muita gente não sabe o que é, a etnia parda se forma quando um homem negro tem um filho com uma mulher branca, ou quando uma mulher negra tem um filho com um homem branco. Meu pai é como eu porque sua mãe era negra e o seu pai era claro. Todos temos uma etnia e uma descendência. Autora: B.

Eu sou pardo porque o meu pai é negro e a minha mãe é branca. Pardo é a mesma coisa que mulato. Minha irmã e o meu primo são negros, minha avó é branca, meu avô é branco, eles são os pais da minha mãe. Outra pessoa da minha família que também é branco é o meu dindo. Na minha família tem índios também, o meu tio, minha tia e o meu bisavô. Mas a maioria são negros, eu puxei ao meu pai. Eu adoro meu pai porque ele brinca comigo, me leva para jogar futebol de salão, por isso eu adoro ele. Amo meu pai e a minha família. Autor: W.

Na fase em que as crianças estão formando sua identidade, é fundamental a percepção do professor para identificar situações de racismo, preconceito e discriminação entre os alunos. E então, realizar intervenções através de práticas

educativas, seja por meio da explanação de um conto, momento lúdico ou aprofundamento de conhecimentos acerca das culturas africanas e afro-brasileiras.

Na reunião de entrega de boletins, alguns pais manifestaram seu contentamento com a abordagem dado a religiosidade, pois eram acostumados apenas a ouvir de seus filhos relatos sobre aprendizagens relacionadas ao catolicismo. Neste momento, uma mãe negra falou da importância de tratar sobre preconceito na escola. Os relatos nessa ocasião foram todos positivos. Aproveitei a oportunidade para explicar sobre a lei 10639/03 e o engajamento da turma no trabalho.

Essas foram algumas das atividades realizadas que estão relacionadas à implantação da Lei 10639/03 no currículo escolar, e que devem ser exploradas e refletidas por professores e alunos, para que a lei se efetive, uma vez que a lei mencionada visa proporcionar conhecimento, resgate e orgulho de um povo que muito contribuiu para o crescimento de nosso país e nunca foi reconhecido.

As mudanças de atitudes na turma surgiram aos poucos, mas de forma significativa, exemplos:

- a) aceitação da própria etnia: N é um aluno de pele clara mas que tem pai negro e mãe branca, no início dos trabalhos declarava-se como branco, ao final passou a assumir-se e aceitar-se como afrodescendente.
- b) entendimento de que o preconceito não é um elemento saudável para o relacionamento das pessoas, com isso houve um acolhimento e respeito para com os colegas afrodescendentes, na recreação, na sala de aula e até fora da escola.
- c) alunos mais seguros em relação à sua autoestima, já não se sentem mais intimidados diante de situações de preconceito ou onde eram característicos a participação dos alunos brancos, como o concurso realizado anualmente na escola chamado “Garoto e Garota Álvaro”, que para ser eleito o aluno deve preencher vários quesitos, entre eles beleza e conhecimentos.
- d) Felizmente a maioria crê que poderá “vencer na vida”, não acreditando que a sua cor poderá influenciar negativamente nesse sentido

Meu pensamento ao trabalhar sobre as questões etnicorraciais no meu estágio, foi com a intenção de diminuir o preconceito na sala de aula e conseqüentemente haver uma melhora na autoestima dos alunos afrodescendentes.

Elementos da cultura africana atrelada à brasileira são imensos, o período de estágio foi limitado, durante o mesmo acabei dando pinceladas em várias ramificações desta temática, digo pinceladas porque cada foco era muito rico e complexo e devido ao grau de interesse dos alunos logo tinha que partir para outro, dentre os quais destaco: território africano (local de origem dos afrodescendente), etnia, descendência, contribuição dos negros na formação da nossa sociedade, infância das crianças no tempo da escravidão, autoestima, racismo, preconceito, discriminação, religiosidade entre outros. Com isso, meus alunos abstraíram algumas informações que os permitiram deletar convicções equivocadas adquiridas no seu universo familiar e estabelecer um convívio de relações interpessoais positivas com seus colegas afrodescendentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando de diversidade, sabemos que os conflitos na escola não se dão somente por conta da religiosidade do alunado, questões como cultura, etnia, raça, racismo, preconceito, identidade e discriminação racial também atuam e tumultuam a rotina escolar. Portanto a escola deve estar preparada para reverter tantos conflitos em aprendizagens, pondo em prática ações pedagógicas que fortaleçam as identidades, esclareça os direitos, combatam o racismo, o preconceito e às discriminações e principalmente que possibilite aos alunos conhecerem a história das diversidades, desenvolvendo assim princípios de convivência social.

Corremos o risco de cometer lapsos com nossos alunos, mas temos que nos esmerar para acertar na maioria das vezes. Pois dentro de uma sala de aula a figura do professor representa para eles o seu porto seguro, a sua referência. Um gesto, um olhar, uma palavra proferida ou uma omissão podem causar grandes transformações em suas vidas e deixar marcas boas ou ruins.

Este trabalho de conclusão de curso tinha como objetivo responder à seguinte questão “Que atitudes mostram-se adequadas para trabalhar a Lei 10639/03 no 5º ano do ensino fundamental como meio de diminuir o preconceito e melhorar a autoestima dos alunos?” e comprovar a hipótese de que a aplicação de diferentes atitudes pedagógicas relacionadas a lei 10.639/03 numa turma do 5º ano tende a diminuir o preconceito e elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes.

As atitudes que mostraram-se adequadas para trabalhar a Lei 10639/03 no 5º ano do ensino fundamental como meio de diminuir o preconceito e melhorar a autoestima dos alunos foram as seguintes, primeira: ter sensibilidade para identificar em que situações o alunado afrodescendente envergonha-se de sua etnia e quais os motivos que os levam a ter tal comportamento, segunda: ser persistente em conduzir os alunos ao conhecimento para que assim possam interagir de forma humana, convicta e consciente.

As atividades que desenvolvi com meus alunos tiveram essa finalidade e adequaram-se a aplicação da lei e a sua finalidade, vejamos:

- a) Árvore Genealógica: serviu para que os alunos reconhecessem sua própria identidade, e assim compreender o objetivo do desenvolvimento das atividades posteriores.

- b) O texto sobre a religiosidade africana, que causou reações de alguns pais, e a palestra com o babalorixá Pai Neco de Oxum, serviram de recursos para trabalhar a cultura afro-brasileira.
- c) A apreciação da música “África, seus costumes e mistérios”, propiciou a constatação da situação real do afrodescendente no cenário brasileiro.
- d) O monólogo Navio Negreiro: serviu para ilustrar a luta dos afrodescendentes no Brasil começando pelo sofrimento e resistência que passaram no traslado da África ao Brasil.
- d) A confecção do livro “Brincadeiras Africanas” surgiu do fato de estarmos estudando A Escravidão no RS, e isso despertou a curiosidade dos alunos em saber como era a infância das crianças filhas de escravos, ou seja, conhecimento da história dos afrodescendentes.
- e) Os contos “Ynari, a menina das cinco tranças”, que desencadeou em trabalho artístico, e a “Princesa Violeta” foram meios de explorar os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira por meio das áreas de Educação Artística e Literatura.
- f) A elaboração do painel, intitulado “Continente Africano: o que eu sabia/ o que descobri” serviu para a ampliação do conhecimento sobre a História da África, a partir do momento em que desconstruiu o que foi construído acerca do território africano, pois possibilitou uma nova visão daquele lugar, deixando de ser somente um local selvagem, pobreza ou doenças.
- g) Por fim, após a lei ser explorada através de diversas atividades, a produção das poesias contidas no painel “Poetas brasileiros e Poetas do Álvaro, retrataram o reflexo das mesmas nos alunos. Expressando desta forma a diminuição do sentimento de inferioridade dos alunos afrodescendentes e de superioridade dos alunos brancos.

Foi confirmada a hipótese de trabalho, pois após a cada atividade desenvolvida os comportamentos e as falas das crianças iam modificando-se e moldando-se positivamente, evidenciado as reflexões das vivências oportunizadas e interiorização dos conhecimentos adquiridos.

Estar atento em relação à seleção dos livros didáticos, policiar seus próprios discursos e não manter-se em silêncio diante de situações onde os julgamentos

prévios e negativos se fizerem presentes, são atitudes que o professor deve ter para implantar a Lei 10639/03 objetivando a diminuição do preconceito.

Inovar suas ações pedagógicas, trabalhando a imagem do negro em um novo contexto, no qual é apontado como protagonista, mostrar como os negros de outrora contribuíram para a riqueza de nosso país, e selecionar e levar ao conhecimento dos alunos alguns negros contemporâneos que podem lhes servir de inspiração, por superarem as dificuldades, conseguirem destaque, prestígio e reconhecimento através de seu talento e persistência, são estratégias que o professor deve usar para elevar a autoestima dos alunos.

Além de proporcionar conhecimento, devemos zelar pela autoestima de nossos alunos, e esse zelo acontece através estímulos positivos, da conscientização dos seus direitos e deveres, do entendimento que são merecedores de respeito e dignidade. Uma boa atitude para auxiliar na autoestima de nossas crianças afro descendentes é desconstruir a convicção de que para aceito, perfeito e capaz é necessário assemelhar-se ao branco.

Posso considerar como dificuldade que encontrei ao longo da pesquisa, o fato de ser a professora pioneira na escola em abordar e aprofundar as temáticas conferentes a Lei 10639/03, visto que isso causou surpresa e indignação para alguns pais.

Partindo desse estudo, seria interessante que houvesse outros estudos que permitissem um maior aprofundando dos temas abordados, entre eles território africano, religiosidade, especificação das contribuições do negro e identificação das mesmas em nossa sociedade. E, como aqui questões relacionadas aos negros foram mencionadas, o mesmo poderia ser feito com o índio.

Quando a lei for de fato efetivada em todo contexto nacional, espera-se que a mentalidade dos brasileiros possa mudar, pois com ela espera-se humanizar e socializar os indivíduos, bem como a instituição da cultura de grupo e pertencimento étnico, assim os alunos afro descendentes deixarão de se sentir excluídos, passando a perceber-se na história.

Através das mudanças na legislação de nosso país, percebemos que as instituições de ensino e os profissionais da educação passam a exercer papel importante no processo de diminuição das desigualdades. A crença de que a reflexão conjunta, ações pedagógicas justas, éticas e coerentes, contemplando assim de modo humano e conscientizador toda a sua clientela, ou seja, com a

tarafa de refletir a escola saberá qual o caminho deverá seguir, o que deverá ensinar e qual projeto cultural e social deverá desenvolver.

REFERENCIAS

BRASIL IMPERIAL. **Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854**. Regulamenta a reforma do ensino primário e secundário. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html, com acessado em 22 de novembro

BRASIL IMPERIAL. **Decreto nº7031 A, de 6 de setembro 1878**.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5692, de 11 de agosto de 1971**.

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Alteração nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar, ao silêncio escolar**. São Paulo: Editora, 2000.

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934)

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

HENRIQUES, Ricardo. **Raça & Gênero nos sistemas de ensino:os limites das políticas universitárias em educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

LOURO, Guacira. **Mulheres na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Eliana de. **Relações Raciais nas creches diretas do Município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). 240f. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ONU. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas Discriminação Racial**. Brasil: 7 de março de 1966.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque afro brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2006.

SALTINI, Cláudio J.P. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 1997.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. **Superando o Racismo na Escola: História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. 2001.

SILVA, Nelson F. I. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03**. 2008.

SOUZA, Rubens. **As religiões afro-brasileiras em sala de aula: uma abordagem**. **Jornal Bolando Aula**, p. 7, 15 nov. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio. Cor e raça, 2009. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2009/indic_sociais2009.pdf. Acesso em 27 e novembro 2010.

